

SEÇÃO: DOSSIÊ FILOSOFIAS FEMINISTAS

COMO O EMPIRISMO FEMINISTA AJUDOU A CONSOLIDAR O ARGUMENTO “GANHA-GANHA” ENTRE CIÊNCIA E SOCIEDADE?

How did feminist empiricism help consolidate the “win-win” argument between science and society?

Félix Flores Pinheiro¹

Resumo: Este artigo pretende tanto explicar quanto responder à pergunta que o intitula, a saber: de que maneira o empirismo feminista ajudou a consolidar na literatura da filosofia da ciência o argumento em prol do benefício mútuo entre ciência e sociedade? Para explicar a pergunta, recorre-se às caracterizações históricas sobre a presença e disseminação dos estudos feministas na filosofia da ciência. Para respondê-la, o artigo enfatiza a influência dos argumentos de Evelyn Fox Keller e de Helen Longino na literatura sobre a constituição valorativa da produção científica.

Palavras-chave: Valores na ciência. Empirismo. Epistemologia Feminista. Objetividade Científica.

Abstract: This essay aims to both explain and answer the question posed in its title: how has feminist empiricism consolidated the argument in favor of mutual benefit between science and society in the literature of the philosophy of science? To explain the question, we resort to historical characterizations of the presence and dissemination of feminist studies in the philosophy of science. To answer it, the article emphasizes the influence of the arguments of Evelyn Fox Keller and Helen Longino on the literature regarding the value-based constitution of scientific production.

Key words: Values in Science. Empiricism. Feminist Epistemology. Scientific Objectivity.

¹ Professor da Universidade Federal do Piauí. E-mail: felix.pinheiro@ufpi.edu.br. ORCID: orcid.org/0000-0001-7318-5294.

1 Introdução²

A literatura filosófica de caráter feminista é hoje um universo inteiro, atravessando as diversas áreas da filosofia e presente nos mais variados movimentos filosóficos. Neste artigo, eu ofereço um breve recorte nesse universo, com a pretensão de esclarecer uma parte das influências dos estudos feministas na área de epistemologia da ciência a partir de uma resposta para o clássico problema da relação entre ciência e sociedade. Tal resposta é aqui chamada de argumento “ganha-ganha” uma vez que ela consiste na defesa contundente da interdependência dos aspectos normativos entre a ciência e a sociedade. O recorte realizado envolve a seleção de autoras que foram identificadas junto da tradição empirista, em distinção para com os movimentos chamados de “pós-modernismo feminista” e “teoria do ponto de vista”, o que ficará mais claro adiante.

Face à crescente recusa tanto da “tese da neutralidade axiológica da ciência” quanto do “ideal de ciência livre de valores” na filosofia da ciência, este trabalho visa mostrar como essa atitude foi fortalecida por argumentos desenvolvidos no interior de parte das críticas feministas da ciência. *Grosso modo*, a tese da neutralidade axiológica afirma que, ao menos em princípio, cientistas são capazes de reunir evidências, julgar hipóteses e aceitar teorias sem qualquer influência de valores contextuais. Enquanto ela é uma afirmação descritiva, sobre o que efetivamente cientistas conseguem fazer, o ideal de ciência livre de valores versa sobre o que se deve fazer para obter sucesso epistêmico. Em sentido amplo, ele pode incorporar questões sobre o gerenciamento da ciência e seu financiamento, sobre os esforços coletivos e institucionais em prol da busca por conhecimento, bem como estar relacionado com a disseminação do saber e do seu uso público e privado. Contudo, as defesas mais comuns do ideal ocorrem neste sentido estrito: em função dos propósitos epistêmicos da ciência, cientistas devem se esforçar para utilizar apenas valores puramente epistêmicos ao reunir evidências, avaliar hipóteses e aceitar teorias. Note-se que ambos sentidos pressupõem o

² A versão final deste artigo resultou do enorme benefício proporcionado pelos comentários, pelas críticas e pelas sugestões das(os) pareceristas anônimas(os), a quem eu gostaria de agradecer. Ele é fruto também de reflexões que geralmente foram realizadas em sala de aula, motivo pelo qual deixo um agradecimento especial aos alunos e às alunas que contribuíram com questionamentos oportunos que incentivaram parte dessas reflexões. Finalmente, é preciso realizar também um agradecimento aos colegas que me incentivaram a incluir esses temas em meus cursos e, em especial, à Kariane Marques da Silva, também por ter me incentivado a investigar as obras de Longino.

discernimento entre valores epistêmicos e valores não epistêmicos (usualmente chamados de contextuais).

Como afirma Bravo, “na literatura contemporânea da filosofia da ciência, formou-se consenso de que o ideal da ciência livre de valores foi suficientemente criticado” (2023, p. 83). Ainda que efetivamente haja discussão especializada sobre o tema, é nítida essa maior palatabilidade e aceitação na literatura filosófica das defesas de que a ciência e a sociedade formam uma via de mão dupla. No meu entender, boa parte dos elementos que atuaram a favor dessa aceitação foram construídos no interior da literatura feminista da ciência, cuja influência ajudou a consolidar na área uma maneira de abordar esse assunto nos termos de um “ganha-ganha” entre ciência e sociedade. Em síntese, esse argumento envolve considerações de ordem descritivas e normativas, defendendo que ciência e sociedade não apenas estão interligadas, mas precisam, para o seu próprio bem, trabalhar em mútuo benefício.

Acerca do recorte aqui proposto, partindo de uma distinção elaborada por Harding (1986) e da sua caracterização inicial sobre um movimento intitulado de “empirismo feminista”, este trabalho desenvolve a defesa do argumento ganha-ganha no pensamento de algumas das autoras deste movimento. Para isso, este ensaio se desenvolve em dois momentos principais. Em primeiro lugar, a fim de esclarecer o problema aqui colocado, ofereço uma caracterização histórica do empirismo feminista enquanto movimento filosófico. Em um segundo momento, em posse de informações propedêuticas sobre o movimento, exploro como essa literatura ajudou a consolidar o argumento “ganha-ganha” entre ciência e sociedade.

2 Sobre os estudos feministas da ciência e o empirismo feminista

Assim como há uma linha do tempo usual dos desenvolvimentos da filosofia da ciência no século XX, podemos organizar uma sequência de trabalhos que suscitaram a bandeira do feminismo na epistemologia e nos estudos da ciência. Como ponto de partida, uma *timeline* usual da filosofia da ciência pode ser encontrada em diversos textos e manuais de filosofia da ciência, na qual poderíamos situar a emergência da epistemologia feminista. Aqui, soa interessante considerar como o terreno exegético mais comum tem sido incluir os temas dos estudos feministas da ciência após a influência de Kuhn e dos projetos construtivistas na

sociologia da ciência - seja em abordagens amplas do tema (por exemplo, Godfrey-Smith, 2021), ou em coletâneas especificamente feministas (por exemplo, Keller e Longino, 1996). No entanto, essa história pode fazer parecer duas teses certamente falsas: que não houve interesse sobre o tema do gênero e da ciência antes disso e que os assuntos de interesse da epistemologia feminista da ciência estão restritos a um movimento uniforme pós Kuhn. A fim de combater ambas e situar melhor os estudos feministas da ciência, recorro aqui à excelente organização de Moulines (2020) da própria filosofia da ciência *mainstream*, dividindo-a em cinco grandes “fases” e uma consideração sobre a sua “pré-história”.

Explicando os termos da organização de Moulines (2020), por “pré-história” entende-se os desenvolvimentos na epistemologia que culminaram nos problemas centrais da área enquanto legados para o século XX. Sempre de acordo com o autor, tais problemas são de “segunda ordem”, questões *sobre* a ciência, sobre a sua natureza, as suas tarefas e a sua confiabilidade. Estão nessa pré-história desde as considerações aristotélicas, passando pelos estudos empiristas na modernidade e o velho problema da indução, até a crise das expectativas kantianas face aos desenvolvimentos científicos do final do século XIX. Já a noção de “fase” atua na organização interna do século XX. Ela é interessante para os propósitos deste ensaio também por conta da sua semelhança didática com a noção de “ondas”: são partes salientes em um todo histórico, que não raro se sobrepõem, ao invés de se apenas sucederem linearmente, destacando-se em prol de certos valores que fortemente se disseminam no campo naquele período, mas sem a necessidade de mitigar completamente movimentos alternativos e estabelecer plena hegemonia (isto é, apesar de ser possível que aconteça, não é este o critério para a sua identificação). Assim, em sentido cronológico, as fases podem ser projetos concomitantes e desenvolvidos em paralelo, mas que permitem uma organização meta-filosófica através dos aspectos salientes nas distintas maneiras com que entendem as próprias tarefas da filosofia da ciência.

Em suma, as cinco fases de Moulines (2020) sobre desenvolvimento da filosofia da ciência no século XX envolvem são: 1) uma fase inicial de germinação junto dos projetos convencionalistas e da tríade Mach, Duhem e Poincaré; 2) uma fase de eclosão vinculada ao círculo de viena e ao trabalho de Bachelard (mencionado como exceção); 3) a fase de consolidação da temática relacionada às críticas ao positivismo lógico, sobretudo em Popper e Quine; 4) a crítica à distinção entre o contexto de descoberta e de justificação, com a

maturação do historicismo e o debate entre Lakatos, Kuhn, Laudan e Feyerabend; 5) uma fase sobre o papel dos modelos e da modelagem, a partir da década de 1980, promulgada pela visão semântica das teorias e escola de *Stanford*.

Este último item poderia, e penso que deveria, ser complementado a destacar dois movimentos temáticos em paralelo que questionam o conceito de “objetividade científica”. Por um lado, é a partir daqui que as expectativas “realistas” com relação à ciência foram recolocadas, originando a profusão de posturas do realismo científico. O tema aqui é de natureza tanto epistêmica quanto metafísica: sob quais condições efetivamente devemos aceitar uma teoria científica e quais interpretações ontológicas podem ser vinculadas com as nossas melhores teorias? No centro dessa fase está, assim, o combate ao relativismo que fora associado, em geral equivocadamente, aos estudos da fase historicista. Por outro lado, acompanhamos na mesma década de 1980 o amadurecimento de uma série de aproximações entre a filosofia da ciência e a sociologia da ciência, abordando os conceitos de “objetividade”, “racionalidade” e “confiabilidade” em função dos aspectos sociais do conhecimento científico.

Assim, não seria de todo estranho pensar que um curso nem tão introdutório sobre a história da filosofia da ciência abordasse cada uma dessas fases. No entanto, estaria fora desse curso o desenvolvimento dos estudos feministas da ciência? E seriam eles uma única “fase”? Me soa perfeitamente adequado considerar que tal organização histórica e, por que não, curricular, poderia incluir os estudos feministas da ciência inclusive em mais de uma “fase”. Em especial, será imprescindível a aparição dos estudos feministas da ciência, em uma unidade que aborda movimentos filosóficos sobre a relação entre ciência e sociedade e o tema dos valores na ciência. No entanto, podemos pensar também uma organização da própria epistemologia feminista em sua relação com os estudos da ciência, seja a partir do surgimento do projeto “ciência e gênero”; seja considerando os estudos anteriores sobre a abertura da profissão cientista para as mulheres, bem como o papel e a existência do preconceito de gênero na ciência.

Obviamente, essa tarefa requer um espaço próprio, um estudo historiográfico profundo e uma discussão clara dos motivos pelos quais certas obras serão consideradas. Porém, a título de sugestão, podemos ao menos imaginar uma organização própria da epistemologia feminista da ciência. À *lá façon* de Moulines (2020), partimos de uma fase “pré-histórica” composta pelos inúmeros trabalhos em prol da educação das mulheres e da sua

legítima participação no rol das atividades profissionais de caráter cognitivo, sobretudo as científicas - o que nos remonta ao menos desde as defesas da educação feminina na *querelle de las femmes* (Deplagne, 2021), até autoras como Mary Wollstonecraft, Susan Stebbing e Jane Addams. A partir da consolidação acadêmica em torno de temas que foram relegados ao século XX, sobretudo dos efeitos da parcialidade de gênero no núcleo das teorias científicas, podemos imaginar algumas “fases” dessa organização histórica.

Seguindo sugestões de Anderson (2024), Crasnow (2025) e de Longino (2017), os trabalhos considerados neste *rol* envolvem de algum modo a reivindicação de que a ciência esteve e está diretamente relacionada com a opressão de gênero e vice-versa. Tal relação possui valência de mão dupla: as estruturas sociais sexistas que impedem a emancipação plena das mulheres atravessam a ciência e são reforçadas por ela; ao mesmo tempo em que podem ser questionadas, criticadas, desmistificadas e combatidas junto da própria ciência. Nesse sentido, uma primeira fase é indicada a partir dos estudos em que “gênero” se torna um conceito central na epistemologia da ciência.³ Aqui, a motivação política de eliminar o viés e a opressão de gênero é explícita *junto* dos objetivos epistêmicos.

Como explica Keller (2006), esta primeira fase está situada após o assim chamado feminismo de segunda onda:

O movimento das mulheres das décadas de 1970 e 80, ou, como é muitas vezes referido, o feminismo da segunda onda, foi, antes e acima de tudo, um movimento político. Tinha como objetivo mudar as condições das mulheres, reconhecendo que para isso precisaria mudar o mundo. A partir do projeto abertamente político logo surgiu um projeto intelectual – acadêmico mesmo: a teoria feminista. A teoria feminista foi em geral entendida, pelo menos por suas primeiras autoras, como em si mesma uma forma de política – isto é, como “política por outros meios”. Pretendia facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização. Isso significava reexaminar nossas suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico – história, literatura, ciência política, antropologia, sociologia, etc. Como cientista, decidi estender os tipos de análises que as feministas empregavam nas humanidades e nas ciências sociais às ciências naturais (Keller, 2006, p. 15).

³ Conquanto seja possível e acertado mencionar trabalhos característicos prévios à década de 1980, sobretudo considerando a construção e influência dos movimentos sufragistas e de libertação da década de 1960, é a partir dela que a literatura atual mostra como os estudos feministas da ciência entraram em profusão nas publicações de língua inglesa. É interessante aqui mencionar alguns exemplos do que quero dizer, reiterando que este é um trabalho histórico importante, que merece um espaço próprio e que vêm sendo feito, sobretudo a partir dos movimentos de resgate das mulheres filósofas e cientistas. Aqui, podemos elencar as filósofas que de uma forma ou de outra incluíram em seus trabalhos os temas do papel político da mulher e do direito ao voto, à exemplo de Susan Stebbing e Jane Addams.

Exemplos iniciais para essa fase incluem a crítica ao ideal do *homem da razão* feita por Lloyd (1984), seguindo com o *manifesto cyborg* de Haraway, junto das *reflexões sobre gênero e ciência* da própria Keller, ambos publicados em 1985; passando ao trabalho de Harding sobre *a questão do feminismo na ciência* publicado em 1986. É nesse trabalho e contexto que o termo “empirismo feminista” é cunhado e, como veremos, expressa a partir daqui uma das maneiras com as quais os objetivos feministas podem ser apropriadamente avançados junto da filosofia da ciência. Assim colocado, uma primeira fase dos estudos feministas da ciência parece ser marcada por preocupações demarcatórias internas à teoria feminista e externamente, sobretudo visando a legitimidade do próprio campo. Adotando ambas considerações como critério desta fase, parece acertado pensar que uma “segunda fase” surge a partir do momento em que ambas preocupações se tornaram secundárias, embora, claro, permaneçam em disputa.

Anunciado anteriormente, o termo “empirismo feminista” é proposto por Harding (1986) a fim de distinguir entre três tipos de respostas para o problema da justificação da reivindicação feminista acerca do conhecimento científico. As outras duas respostas foram chamadas de “teoria do ponto de vista” (*standpoint theory*) e pós-modernismo feminista (*feminist postmodernism*). De acordo com a autora,

A estratégia empirista feminista argumenta que o sexismo e o androcentrismo são vieses sociais — preconceitos baseados em crenças falsas (decorrentes de superstições, costumes, ignorância e educação equivocada) e em atitudes hostis. Esses preconceitos penetram na pesquisa, particularmente na etapa de identificação e definição da investigação científica. (Harding, 1986, p. 161, tradução minha).

Como deve ser notado, a estratégia aqui considerada “empirista” administra as noções tradicionais de crença, verdade e falsidade, junto do seu diagnóstico crítico da ciência. Em sua proposta normativa, o empirismo feminista ao qual ela estava se referindo defenderia ainda que tal cenário pode ser corrigido com o fortalecimento de normas epistemológicas já existentes na condução das pesquisas científicas. A título de exemplo, Longino e Doell (1983) propuseram que a atividade científica requer e é compatível com uma pluralidade de estratégias de identificação da parcialidade de gênero. Em suas palavras:

O que constitui uma resposta feminista adequada ao viés masculino na ciência? Claramente, isso depende da maneira como o viés se manifesta em um dado contexto científico. [...] Como demonstrou nossa crítica metodológica, a variedade de formas pelas quais o viés masculino se manifesta na ciência exige — e permite —

uma diversidade de respostas táticas. Não é necessário virarmos as costas para a ciência como um todo ou condená-la enquanto empreendimento. De várias maneiras, a própria estrutura lógica da ciência oferece oportunidades para a expressão da sensibilidade criativa e autoconsciente que tem caracterizado as recentes tentativas feministas de transformar as ciências. (1983, p. 226-227, tradução minha, grifo meu).

Posteriormente, a posição caracterizada dessa maneira recebe o sobrenome “espontâneo” (atualmente também referido como “ingênuo”) em detrimento do que Harding (1996) chamou de empirismo feminista “filosófico” (que por vezes também é chamado “complexo”). A distinção entre ambos não torna a versão “ingênua” automaticamente obsoleta, inclusive Harding (1996) continua chamando a atenção para o forte apelo do “empirismo feminista espontâneo”. Em suas palavras:

o maior trunfo do empirismo feminista espontâneo é explicar a produção de resultados de pesquisa sexistas e não sexistas desafiando apenas minimamente a lógica fundamental da pesquisa - tal como esta é compreendida nos campos científicos - e a lógica da explicação - tal como esta é compreendida nas filosofias da ciência dominantes (1996, p. 239, tradução minha).

Conforme Anderson (2024), o termo “espontâneo” expõe a crença de que seria suficiente para a crítica feminista atingir a eliminação do viés sexista sem qualquer modificação adicional da ciência; isto é, que haveria sucesso social espontâneo a partir do sucesso epistêmico. Esse mote foi também o principal alvo das críticas feministas ao movimento. Por exemplo, Hekman (1990) argumentou contra a ingenuidade do movimento em considerar que a mera inclusão das mulheres na comunidade científica acabaria por alcançar a objetividade que uma comunidade majoritariamente masculina não conseguiu. Ela salienta também a forma acrítica com que o movimento adotou a ideia de aprimorar a objetividade, promovendo as mesmas as tendências “universalizantes e monolíticas” do pensamento iluminista. Não obstante, Hekman (1990) argumentou ainda haver no empirismo feminista a tendência universalizante da categoria “mulher” enquanto uma perspectiva única, apagando os distintos contextos em que as mulheres vivem e suas diferenças.

Notavelmente, ao cunhar a famigerada classificação tripartite das epistemologias feministas, Harding (1986) situou o empirismo feminista (ingênuo) como aquele mais próximo dos ideais tradicionais da racionalidade científica: a proposta de que os ideais científicos tradicionais são capazes de levar adiante o propósito feminista de revelar a opressão de gênero em contextos científicos e de corrigir a parcialidade de gênero nas pesquisas científicas. No

entanto, o desenvolvimento do argumento “ganha-ganha” pelo empirismo feminista (filosófico) se desfaz essa caracterização. Ademais, esse movimento se mostra em acordo com a recusa de que as perspectivas de gênero poderiam ser analisadas nos termos de uma categoria uniforme, consideração que foi amplamente fortalecida no campo especialmente durante a década de 1990.

Tomemos como exemplo inicial o estudo de Keller (1985), destacando alguns dos principais pontos abordados em sua obra: o argumento sobre como a marginalização social e o sexismo prejudicam a própria ciência; a reivindicação de que a sua identificação e mitigação promoveriam uma ciência melhor; o diagnóstico de que existem preferências por “estilos” de raciocínios vinculados ao gênero masculino e de que profissionais da ciência são treinados para enquadrarem-se nesses estilos e evitem aqueles associados com o feminino. Com esses elementos, Keller (1985) desenvolve um argumento “ganha-ganha” e nos ajuda a entender tanto o papel retórico especial das metáforas sexistas na aceitação das explicações científicas, quanto os motivos pelos quais certas pesquisas são injustamente ignoradas tendo em vista a sua melhor adequação aos estilos cognitivos considerados “femininos” na nossa cultura. Em especial, vale salientar como a crítica de Keller (1985) estava em acordo com os trabalhos de Bordo (1987), Gilligan (1982) e Jaggar (1983, 1989), com relação aos papéis cognitivos positivos que os estilos cognitivos considerados “femininos” desempenham. Sobretudo, a abordagem de Keller (1985) contradiz os supostos benefícios do *ideal tradicional do distanciamento afetivo* na pesquisa científica. Ecoando a crítica de Lloyd (1984) ao ideal masculino da razão, Keller (1985) argumenta que o distanciamento é um valor com peso retórico na marginalização das mulheres ao estereotipá-las enquanto emocionais, retomando que a sensibilidade emocional para com a situação pode tanto catalisar a percepção de dados quanto promover maior resiliência na busca de assuntos difíceis.⁴

Como argumenta Anderson (2024), a crítica ao modo como empirismo feminista, em seu entendimento “espontâneo”, propõe a correção da “má ciência” sem alterá-la não afetou a maior parte dos projetos positivos assim entendidos, uma vez que esses, ao seu modo: (i) consideram os sujeitos do conhecimento enquanto situados; (ii) aceitavam a tese da impregnação teórica das evidências observacionais e (iii) se atentavam para a importância

⁴ Em Anderson (2024) este elemento da teoria de Keller recebeu o título de “ideal de objetividade dinâmica” (*dynamic objectivity*), segundo o qual uma atenção amorosa é uma forma superior de percepção para com os alvos da nossa pesquisa.

epistêmica dos fatores contextuais nas heurísticas científicas.⁵ Nesse sentido, o empirismo feminista é marcado pela reivindicação de que a inclusão consciente de valores sociais nas diversas etapas da investigação científica é a chave para promover uma ciência melhor - sendo justamente as divergências sobre os papéis e os pesos desses valores uma das maneiras de diferenciar as abordagens entre si. Tal resposta possui uma moral similar ao proposto pelo conceito de “objetividade forte” promovido pela própria Harding (2019 [2015]), a de fortalecimento da objetividade a partir da sensibilidade ao contexto. Mesmo na abordagem quineana e naturalista de Nelson (1990), o projeto epistemológico resguarda muitos aspectos em comum com os demais movimentos, em especial a recusa do individualismo epistemológico, a ênfase na constituição social do conhecimento e na pergunta sobre “*quem sabe?*”.

Dando sequência à nossa organização cronológica, ao absorverem as críticas mútuas e externas às pretensões de uma epistemologia feminista, as distintas abordagens caracterizadas por Harding (1986) desenvolveram seus amadurecimentos. Ademais, os estudos feministas da ciência (em geral) parecem ter conseguido consolidar uma direção comum a um dos seus temas originalmente mais caros - abordado, por exemplo, no texto introdução de Longino (1999) para o *The Blackwell Guide of Epistemology*: a maneira com que o adjetivo feminista pode modificar apropriadamente o termo “epistemologia” e a expressão “filosofia da ciência”. Tal preocupação é frequentemente marcada por um paradoxo originado pelo choque entre universalidade e viés, posto na própria existência da “epistemologia feminista”. Parece apropriado entender que esse paradoxo pode ser abordado de diferentes maneiras pelos diversos movimentos, sendo decomposto em função das suas especificidades. Como explica Anderson (2024), o paradoxo no empirismo feminista envolve encarar a presença de viés na heurística científica tanto enquanto erro quanto como recurso.

Do meu ponto de vista, o destaque para o papel dos valores e sua inclusão nas heurísticas científicas motiva a ideia de que o empirismo feminista adentra uma segunda fase da epistemologia feminista promovendo uma teoria socio-epistêmica da evidência científica e da objetividade científica enquanto processo. Por exemplo, é a partir da tese de subdeterminação que Longino (1990) famosamente argumentou que cientistas não

⁵ A fim de compreender como esses elementos são comuns aos estudos feministas da ciência, vale a pena consultar o artigo de Decol (2024).

conseguem realizar julgamentos livres de valores uma vez que os dados não conseguem determinar, por si só, uma única hipótese, havendo assim espaço para a infiltração valorativa nas suposições pressupostas para as escolhas. Posteriormente, a autora desenvolveu o argumento de que há uma falsa dicotomia entre o social e o racional (Longino, 2002). Nelson (1990), por sua vez, também articulou uma abordagem comunitária dos padrões epistêmicos, argumentando que a prática científica está sujeita às noções públicas sobre o que conta, em primeiro lugar, enquanto evidência. Assim, de acordo com Sobstyl (2004, p. 129), o empirismo feminista de Nelson é, antes de mais nada, uma teoria da evidência. Para além disso, Nelson (1990) retoma a importância da tomada de consciência e explicitação dos compromissos metafísicos e dos pressupostos valorativos incorporados em nossas metodologias e teorias, promovendo assim uma reformulação na noção de objetividade científica.

3 Valores, objetividade e o argumento “ganha-ganha” entre ciência e sociedade

Apesar de permanecer objeto de controvérsia na filosofia feminista, em diversos sentidos, os três projetos elencados por Harding demonstraram certa conversão (Harding, 1991; Intemann, 2010). Crasnow (2024) explica que essa aproximação foi marcada por certo consenso sobre a rejeição de qualquer forma de essencialismo vinculado aos conceitos que se referem a grupos sociais (e.g. “mulher” enquanto categoria uniforme) e a rejeição da existência de privilégios epistêmicos automáticos a qualquer ponto de vista específico. Como veremos, ambos elementos estão presentes nos argumentos de Keller (2006) e Longino (2017).

O argumento “ganha-ganha” possui aspectos comuns entre as autoras por posicionar o conceito de “objetividade científica” como um híbrido entre validação epistemológica e conquista social significativa. Sendo assim, ele envolve tanto os aspectos factuais da relação ciência-sociedade quanto os ideais norteadores da busca por conhecimento científico. Por um lado, o argumento avança contra a tese descritiva da neutralidade axiológica da ciência e a consideração de que a ciência pode existir de maneira “neutra” em relação aos projetos sociais (Anderson, 2004, seção 7). Seguindo a usual divisão das etapas da atividade científica disseminada na literatura sobre valores (Elliott, 2022; Lacey, 1999), um entendimento tradicional considera o sentido estrito em

que a ciência é livre de valores apenas em suas etapas avaliativas centrais. Dessa forma, tal compreensão é compatível com a tese de há lugares em que a ciência pode ser e de fato é impregnada de valores não-epistêmicos. Por exemplo, no gerenciamento de assuntos a serem estudados, na administração dos usos e da aplicação do conhecimento científico e na escolha de elementos metafóricos e de caráter *apenas* retórico, pedagógico ou histórico.

A fim de ilustrar esse ponto, vale a pena mencionar a crítica de Christine Pierce (1975)⁶ sobre o livro-texto de lógica *“Beginning Logic”* que incluía em seus exercícios de formalização as frases *“All women are featherbrained [...] No man is featherbrained”* (Lemmon *apud* Pierce, 1975, p. 499)⁷. De acordo com a autora, é até bastante óbvio e um dever pedagógico que as estudantes de lógica não sejam submetidas aos “exercícios ridículos que reforçam os estereótipos de que as mulheres não podem ou não devem ser lógicas” (Pierce, 1975, p. 499). Este é um bom exemplo uma vez que mesmo o “empirismo feminista expontâneo” é capaz de promover críticas ao viés sexista latente no uso pedagógico, nas escolhas dos exemplos e nos motivos pelos quais esse livro foi preferido em detrimento de outros.

No entanto, há casos em que as próprias teorias são formuladas, julgadas e aceitas junto do viés sexista? E há casos em que a presença de valores contextuais precisa ocorrer para o bom julgamento? Justamente, o ponto central do empirismo feminista desta fase está na ênfase sobre papel fundamental que os valores sociais podem e devem desempenhar nas heurísticas avaliativas da evidência científica. Apesar de Harding (1986) ter inicialmente considerado que este aspecto é um defeito do empirismo feminista, uma vez que mantém a famigerada distinção entre contextos de descoberta e contextos de justificação, em termos de amplitude crítica, impacto e influência, é justamente por avançar sobre o peso da evidência científica que os argumentos se mostraram tão fortes quanto relevantes. Vejamos como isso foi feito ao se avançar nas duas frentes do argumento “ganha-ganha” em Keller (2006) e Longino (2017).

⁶ O artigo de Lorraine Code (1981) faz tanto uma menção ao texto de Pierce quanto um questionamento sobre como o gênero impregna as avaliações e julgamentos em torno da racionalidade.

⁷ Optei deliberadamente por não traduzir essas frases.

Em primeiro lugar, em prol da ciência, Keller (2006) relembra os propósitos do projeto “gênero e ciência”, em parte destacados já na epígrafe deste ensaio. Questionando “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”, a autora afirma que:

minha meta não era tornar a ciência mais subjetiva ou mais ‘feminina’, mas ao contrário fazê-la mais verdadeiramente objetiva, e necessariamente “independente do gênero”. Numa palavra, procurava uma ciência melhor. Uma ciência melhor, argumentava, seria inevitavelmente uma ciência mais abrangente, mais acessível às mulheres. Rapidamente, este projeto (que denominei “gênero e ciência”) foi assumido por muitas outras – algumas com objetivos semelhantes, outras com objetivos diferentes. Mas todas compartilhávamos o compromisso último de tornar essa realização inegavelmente humana mais humanizada e abrangente. Agora, um quarto de século depois, parece apropriado perguntar: o que, de fato, alcançamos? Mudamos as condições das mulheres? Mudamos o mundo? Mudamos a ciência? (Keller, 2006, pp. 15-16).

Por sua vez, Longino (2017) corrobora a noção de que o movimento feminista promoveu uma ciência melhor ao passo que proporcionou o questionamento dos valores epistêmicos considerados “tradicionais” na avaliação das teorias, promovendo valores epistêmicos “alternativos” e iluminando a sua importância nas pesquisas científicas. Atuando abaixo do valor empirista da adequação empírica, tais conjuntos de valores “pragmáticos” podem ser organizados em pares de opostos que podem ser ambos legitimamente considerados pelas comunidades científicas. Para citar exemplos, são valores pragmáticos opostos os pares: simplicidade vs complexidade; homogeneidade ontológica vs heterogeneidade ontológica; fecundidade teórica vs aplicação às necessidades humanas.

Nesse sentido, o empirismo feminista de Longino (1996, 2002, 2017) argumenta que uma coleção de valores tradicionalmente considerados “epistêmicos” estão aquém da adequação empírica e, uma vez que não possuem conexão direta com a verdade ou poder probatório isolado, devem ser todos encarados enquanto valores pragmáticos e com valência contextual. Dessa forma, é preciso tomar consciência da presença desses valores em nossas heurísticas e dos seus limites epistêmicos, bem como dos critérios da sua adequação pragmática, a fim de criar mecanismos comunitários para a sua melhor explicitação e crítica. Assim, o reconhecimento da ciência em seus aspectos culturais aparece como uma pré-condição para o desenvolvimento dos próprios critérios e a consciência dos vieses. Tal aspecto ressalta a importância da cultura e do impacto dos movimentos sociais, elemento destacado também por Keller sobre como o braço acadêmico do movimento feminista sozinho “não faz verão”:

Por mais diferença que as acadêmicas feministas tenham feito (e me incluo nesse rol), por mais perceptivas que suas contribuições tenham sido, quero argumentar que o verdadeiro agente da mudança – se se quiser, a verdadeira heroína das últimas três décadas – *foi o próprio movimento social*. De fato as acadêmicas feministas são elas mesmas – agora, e foram desde o começo – produto desse movimento – especialmente nos EUA. *A influência corre nos dois sentidos*, mas é um fato histórico digno de nota que, pelo menos neste país, o surgimento de acadêmicas feministas (e mais especificamente do tema “gênero e ciência”) foi em verdade precedido por um movimento político e social. Certamente o movimento feminista começou com os esforços de poucos indivíduos e grupos, mas rapidamente assumiu vida própria, atraindo para seu centro ativo todo o maquinário cultural de uma geração (isso foi o que fez dele um movimento social). E acadêmicas feministas foram apenas alguns de seus subprodutos. O redemoinho da segunda onda feminista fez surgir um movimento dos homens, uma geração de pais carinhosos, uma profusão de novas mulheres detetives (tanto em romances como na televisão), novas formas de falar, nova legislação, novos costumes sociais. Numa palavra, transformou o *significado* do gênero. Um dos subprodutos mais notáveis dessa transformação, especialmente no contexto de gênero e ciência, foi a abertura da ciência, da engenharia e da medicina para as mulheres, e a dramática influência pelo menos das mulheres brancas nessas arenas. Mas outro subproduto pode ser encontrado nos tipos de mudanças substantivas que venho referindo. (Keller, 2006, p. 31, grifo meu).

Prosseguindo com uma ilustração, dentre os exemplos abordados por Longino (2007) e Keller (2006), destaca-se a substituição da explicação dos mecanismos da fecundação com a crítica da visão sobre o “ativo” espermatozoide e o sempre “passivo” ovócito (também conhecida por “teoria do espermatozoide heroico”). Em Keller (2006), a crítica da aceitação da heurística sexista evidencia não apenas a existência da parcialidade de gênero, mas o papel de tal viés na formulação de metáforas e de guia do que deve ser pesquisado. Sobre as metáforas, Keller (2006) destaca os termos em que a parte vinculada ao masculino é descrita como o “ativo”, o “vigoroso”, que precisa “penetrar” e “atravessar a capa do óvulo” para quem “entregava seus genes” e em quem atuava; em quem este “ativava o programa de desenvolvimento”. Em oposição, o elemento considerado “feminino” é dito ser “transportado”, “varrido”, “assaltado”, “penetrado” etc. Sobre os guias, a convicção de que não havia nada de equivocado com essa explicação fez com que os mecanismos ativos do ovócito não fossem buscados e, assim, não precisavam ser encontrados.

Longino (2017) destaca outros aspectos do mesmo caso. Em primeiro lugar, a autora nos lembra que a aceitação da teoria e/ou o estranhamento ajudam a moldar os “estilos de raciocínio”. Em outras palavras, o estranhamento da metáfora sexista pode atuar de maneira negativa na comunidade, enquanto o encantamento pelo drama do *espermatozoide heroico* favorece tanto um tipo de pesquisa quanto de pesquisador. Por outro lado, Longino (2017) ressalta também que a explicação sexista foi questionada *apesar da sua adequação empírica*,

uma vez não havia qualquer contra-evidência à explicação aceita. Sendo assim, foi apenas com outros valores adentrando às heurísticas que o estranhamento foi capaz de iluminar o que contava como evidência, à despeito do já aceito, na condução de uma nova abordagem.

Finalmente, considerando o outro lado do argumento “ganha-ganha”, tanto a sociedade quanto os próprios objetivos feministas são aprimorados junto das considerações epistemológicas da boa ciência. Se uma ciência melhor é impulsionada pela construção de comunidades científicas plurais, a própria possibilidade dessa abertura será promulgada pela desmistificação dos argumentos em prol dos estereótipos que criam essas barreiras. É nesse sentido que a ciência e o movimento feministas atuam mutuamente em prol da emancipação humana, fomentando um encaixe que precisa ser constantemente monitorado e fortalecido.

Na abordagem de Keller (2006), este último aspecto é encontrado na quebra de expectativa que o artigo traz ao afirmar que o projeto dos estudos feministas da ciência não foram mais decisivos para as descobertas examinadas por ela do que o próprio movimento feminista *per se* (veja-se Keller, 2006, p. 30-31). Aqui, o elemento interseccional, situado e instável das reivindicações contra a opressão de gênero é destacado. Nas palavras da autora:

o gênero faz diferença para as mulheres na ciência não por causa do que trazem com seus corpos e às vezes nem mesmo pelo que podem trazer com sua socialização, mas pelas percepções que as culturas da ciência trazem à comunidade tanto das mulheres quanto do gênero – e, por sua vez, por causa do que tais percepções trazem para os valores comuns de disciplinas científicas particulares. Já se foram os dias em que se poderia esperar que as necessidades e objetivos das mulheres e das feministas se combinassem naturalmente, por assim dizer, ou mesmo em que se poderia falar das necessidades e objetivos tanto das “mulheres” quanto das “feministas” numa mesma frase. A grande força da pesquisa feminista durante a última década foi o aprofundamento de sua compreensão do que posso chamar de “situacionalidade” do gênero. Tornamo-nos cautelosas com frases que começam com “as mulheres são...”, percebendo que a única maneira de completar tal frase é dizer que as mulheres são pessoas, definidas por muitas variáveis sociais e que se adaptam às pressões e oportunidades que encontram, e têm recursos para isso. (Keller, 2006, p. 29-30).

Em Longino (2017), o mutualismo ciência-sociedade é afirmado de maneira similar. Em primeiro lugar, a autora destaca que conforme os múltiplos entendimentos sobre o gênero avançam, também são detectadas diferentes formas e mecanismos das opressões (além do fato de que a própria estruturação social pode se diversificar). Assim, os próprios objetivos feministas devem ser adaptados contra os mecanismos localmente vigentes e em face das compreensões dos mesmos. As virtudes que outrora promoveram propósitos feministas, como a novidade e a complexidade ontológica, possuem valência pragmática e contextual,

podendo já não serem adequadas no combate da opressão em diferentes heurísticas e contextos. Não obstante, para a autora, tanto em prol da ciência quanto da sociedade, permanece sempre necessário o esforço comunitário e institucional para a criação de espaços de crítica efetiva. Motivo pelo qual o empirismo contextual de Longino famosamente desenvolveu argumentos em prol das condições epistêmico-sociais da crítica científica saudável (2017, p. 51).

4 Considerações finais

O presente artigo propõe um recorte na literatura feminista da ciência, a fim de explicitar como o movimento conhecido por “empirismo feminista” ajudou a consolidar um argumento “ganha-ganha” entre ciência e sociedade. Os questionamentos iniciais em prol desse argumento podem ser encontrados nas palavras das autoras centrais deste artigo:

Seriam as ciências neutras em relação a questões e valores sociais, sendo os danos ou benefícios decorrentes apenas dos usos dados ao conhecimento após sua obtenção? Ou elas se desenvolvem em uma interação mais íntima com seus contextos sociais e culturais, refletindo valores sociais e culturais específicos? (Keller e Longino, 1996, p. 2).

Frente a esses questionamentos, a resposta central aqui reconstruída possui aspectos descritivos e normativos. Em primeiro lugar, o argumento considera que a ciência e a sociedade estão factualmente em uma complexa relação simbiótica - atravessando-se em diversos sentidos. Como sempre, a maneira com que cada autora pensa e caracteriza essas relações permite uma compreensão das discordâncias internas na literatura feminista sobre a ciência e também interna aos projetos empiristas. Em segundo lugar, o argumento propõe que tanto uma ciência melhor quanto uma sociedade melhor se pressupõem, afirmando assim um mutualismo normativo entre a ciência e os valores sociais.

Destacando o domínio normativo dos valores contextuais no julgamento das evidências, o empirismo feminista adentrou notavelmente ao cerne das discussões sobre os valores na ciência (Lacey, 1999; Elliott, 2022; Bravo, 2023). Como vimos, suas respostas oferecem críticas à separação entre o social e o racional, à distinção entre valores puramente epistêmicos e valores contextuais, desenvolvendo-se em prol do entendimento do caráter social do conhecimento científico e da “objetividade científica” enquanto processo social.

Mais importante do que apenas afirmar que não há sociedade melhor sem conhecimento, nem ciência melhor quando produzida sob injustiça social, o aspecto normativo presente no empirismo feminista consiste em uma alternativa de reconsideração híbrida dos papéis epistêmicos, morais e políticos dos critérios de aceitação e validação do conhecimento científico. Nas palavras de Longino, é preciso estar ciente da constante necessidade de

criar nossos próprios espaços de produção de conhecimento científico; conhecimento que não naturaliza as relações de dominação, mas oferece outras maneiras de interação com o mundo natural e por extensão com o outro [...] O conhecimento melhor, por si mesmo, não mudará o mundo social, parcialmente porque *o próprio mundo social deve mudar para que outro conhecimento emergja*. No entanto, em um mundo social tão dependente do conhecimento, da ciência, não podemos proporcionar mudanças em apenas um deles, mas devemos trabalhar continuamente para mudar ambos. (Longino, 2017, pp. 55-56).

Estou certo de que há sempre muito mais a ser dito sobre esses temas, mas espero ao menos ter colaborado para o entendimento de como e porquê o empirismo feminista tem se destacado na literatura filosófica atual. Do meu ponto de vista, o seu lema é o de que a própria busca da verdade não deve ser abandonada, mas deve ser encarada como um esforço híbrido social-epistêmico, pois “a verdade não está em oposição aos valores sociais, de fato ela é um valor social [...]” (Longino, 2017, p. 52).

Referências

ANDERSON, Elizabeth. Feminist epistemology and philosophy of science. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2024 Edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2024/entries/feminism-epistemology/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BORDO, Susan. *The flight to objectivity: essays on Cartesianism and culture*. Albany: State University of New York Press, 1987.

BRAVO, Pedro. Ideais da ciência livre de valores e seus alcances. In: MARICONDA, Pablo (org.). *Entre conhecimento e valores: alternativas à tecnociência atual*. São Paulo: Scientiae Studia, 2023. p. 83–106.

CODE, Lorraine. Is the sex of the knower epistemologically significant? *Metaphilosophy*, v. 12, p. 267–276, 1981.

CRASNOW, Sharon. Feminist Perspectives on Science. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edição de outono de 2025. Disponível em:

<https://plato.stanford.edu/archives/fall2025/entries/feminist-science/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

DEPLAGNE, Luciana Calado. Querelle des Femmes: Mapeamento em Português. *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, p. 28-42, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/querelle-des-femmes-mapeamento-em-portugues/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

ELLIOTT, Kevin. *Values in science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

GODFREY-SMITH, Peter. *Theory and Reality: An Introduction to the Philosophy of Science*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2021.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.

HARAWAY, Donna. A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology, and Socialist Feminism in the 1980s. *Socialist Review*, n. 80, p. 65-108, 1985.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Tradução de Vera Pereira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. Tradução de Rebeca Furtado de Melo. *Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, n. 5, p. 143-162, 2019.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is 'strong objectivity'? In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (ed.). *Feminism and Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 235–248.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HEKMAN, Susan. *Gender and knowledge: Elements of a postmodern feminism*. Boston: Northeastern University Press, 1990.

INTEMANN, Kristin. 25 years of feminist empiricism and standpoint theory: where are we now? *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, v. 25, n. 4, p. 778–796, 2010.

JAGGAR, Alison. *Feminist politics and human nature*. Totowa, NJ: Rowman and Allanheld, 1983.

JAGGAR, Alison. Love and knowledge: emotion in feminist epistemology. In: GARRY, Ann; PEARSALL, Marilyn (org.). *Women, knowledge, and reality*. Boston: Unwin Hyman, 1989. p. 129–155.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University Press, 1985.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, v. 27, pp. 13-34, 2006.

KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen. Introduction. In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen. (Eds). *Feminism and Science*. New York: OUP, 1996, pp. 1-16.

LACEY, Hugh. *Is science value-free? Values and scientific understanding*. London: Routledge, 1999.

LLOYD, Genevieve. *The man of reason: male and female in Western philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

LONGINO, Helen E. Cognitive and non-cognitive values in science: rethinking the dichotomy. In: NELSON, Lynn Hankinson; NELSON, Jack (ed.). *Feminism, Science, and the Philosophy of Science*. Dordrecht: Springer, 1996. p. 39–58.

LONGINO, Helen E. *Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

LONGINO, Helen. Feminist epistemology. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (org.). *The Blackwell guide to epistemology*. Malden: Blackwell, 1999. p. 327–353.

LONGINO, Helen E. *The Fate of Knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

LONGINO, Helen. Valores, heurística e política do conhecimento. *Scientiae Studia*, v. 15, n. 1, pp. 39-55, 2017.

LONGINO, Helen; DOELL, Ruth. Body, Bias, and Behavior: A Comparative Analysis of Reasoning in Two Areas of Biological Science. *Signs*, v. 9, n. 2, p. 206–227, 1983.

MOULINES, C. Ulisses. *O desenvolvimento moderno da filosofia da ciência (1890-2000)*. São Paulo: Scientiae Studia, 2020.

NELSON, Lynn Hankinson. *Who knows: from Quine to a feminist empiricism*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

PIERCE, Christine. Philosophy. *Signs*, v. 1, n. 2, p. 487–503, 1975.

Recebido em: 16/12/2025.

Aprovado em: 06/07/2026.

Publicado em: 14/08/2026